

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Requerimento:

DEFERIDO o Requerido pelo Deputado Dica, autor do **Projeto de Lei nº 2560/2013**, que “Dispõe sobre autorização para divulgação através dos meios de comunicação em geral”, a **retirada definitiva da matéria**.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária:
Dia: 23/10/2018

2ª DISCUSSÃO:

APRECIADO o Projeto de Lei nº 1649-A/2016, de autoria da deputada Lucinha, que “obriga as empresas que operam em regime de concessão de transbordo e tratamento de resíduos sólidos a disponibilizarem 5% do seu contrato para fomento da atividade de reciclagem”. O PL recebeu uma emenda e volta às Comissões Técnicas.

Link para acessar a emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/6ed49fe2e1a69e800325833000615354?OpenDocument>

APROVADA a redação do vencido do Projeto de Lei nº 1077-A/2015, de autoria da deputada Tânia Rodrigues e outros “Regulamenta o programa de habitação de interesse social financiado pelo estado do Rio de Janeiro destinado às pessoas com deficiência”. Vai a autógrafo.

Texto para acessar o texto enviado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/8473874bf51850868325832f006ea3f7?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 165/2015, de autoria do deputado André Lazaroni, que “Cria o Cadastro Estadual de Inidôneos e Suspensos - CEIS - e dá outras providências”. **Vai a autógrafo.**

Texto para acessar o texto enviado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/9777bc9e60ef7d2d8325832f006f18b4?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 1268/2014, de autoria do deputado Wanderson Nogueira, que “Faculta ao empreendedor individual qualificado como microempreendedor individual - MEI, a Inscrição Estadual no Cadastro de Pessoa Jurídica do Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) do estado do Rio De Janeiro”. **Vai a autógrafo.**

Texto para acessar o texto enviado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/68fc0029d8717e838325832f00703002?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 2951/2014, de autoria da deputada Cidinha Campos, que “Altera a lei 4396, de 16 de setembro de 2004, que proíbe os estabelecimentos comerciais de exigirem comprovação de tempo mínimo no emprego para concessão de crédito ao consumidor”. O PL retornará em 2ª discussão.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2188/2016, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que “Cria o programa de incentivo à produção de polpas de frutas regionais pelos pequenos produtores rurais no estado do Rio de Janeiro”, com as emendas da CCJ¹. O PL vai à redação do vencido para 2ª discussão.

¹ EMENDA Nº 01 (MODIFICATIVA)

O Art. 1º do Projeto de Lei nº 2.188/2016 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Incentivo à Produção de Polpas de Frutas Regionais no Estado do Rio de Janeiro.

EMENDA Nº 02 (MODIFICATIVA)

O § 1º do Art. 4º do Projeto de Lei nº 2.188/2016 passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º ...

§ 1º - Assistência Técnica através dos órgãos técnicos da administração pública estadual.

§ 2º ...

APROVADO o Projeto de Lei nº 4243/2018, de autoria dos deputados André Lazaroni e André Ceciliano, que “Dispõe sobre a criação do Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca - PELLB-RJ no estado do Rio de Janeiro”, com as emendas das Comissões de Cultura e Pessoa com Deficiência. O PL emenda vai à redação do vencido para segunda discussão.

Link para acessar a redação do vencido

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/1ebd388a00103cc50325833100588f74?OpenDocument>

Sessão Plenária:
Dia: 24/10/2018

2ª DISCUSSÃO

APROVADO o Projeto de Lei nº 564/2015, de autoria do deputado Tio Carlos, que “Torna obrigatória a realização do “teste do quadril” em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. Vai a autógrafa.

1ª DISCUSSÃO

APRECIADO o Projeto de Lei nº 3080/2014, de autoria do deputado Comte Bittencourt, que “Dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário intermunicipal de produtos perigosos, realizados em vias públicas, na conformidade da Resolução ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre 3665/11 e alterações e da Resolução ANTT 420/04 e alterações, ambas da Agência Nacional de Transporte Terrestre, do Ministério dos Transportes”. O PL recebeu uma emenda e retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar a emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/78baae2f7ea790b9032583310063714b?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 1954/2016, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que “Torna a varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, serviços ambientais essenciais à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde pública da população e à preservação da fauna e da flora, em defesa das presentes e futuras gerações”, com as emendas das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Saneamento Ambiental. O Projeto emendado vai à redação do vencido para segunda discussão.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2007/2016, de autoria do deputado Renato Cozzolino, que “Dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel e dá outras providências”, com a emenda da Comissão de Economia. O Projeto emendado vai à redação do vencido para segunda discussão.

Link para acessar a redação do vencido

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/96250f0d3e6636a2032583310055a6ac?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 4107/2018, de autoria dos deputados Carlos Minc e André Ceciliano, que “Dispõe sobre a execução das técnicas radiológicas exclusivamente por técnicos e tecnólogos em radiologia, nos termos da lei federal nº 7.394/1985, e dá outras providências”, com as emendas das Comissões de Constituição e Justiça e de Economia. O PL emendado vai à redação do vencido para segunda discussão.

Sessão Plenária:
Dia: 25/10/2018

1ª DISCUSSÃO

APROVADO o Projeto de Lei nº 2564/2013, de autoria dos deputados André Ceciliano e Luiz Paulo, que “Cria o cadastro estadual de pessoas físicas ou jurídicas e de veículos que exploram o transporte de água potável no estado do Rio de Janeiro”. Retorna em 2ª discussão.

APROVADO o Projeto de Lei 2851/2014, de autoria do deputado Carlos Minc, que “Cria o Programa Estadual de Reuso de Efluentes das Estações de Tratamento do Esgoto - ETE’S, para fins industriais, estabelece incentivos para sua implementação e dá outras providências”, com a emenda da Comissão de Constituição e Justiça. O PL vai à redação do vencido para 2ª discussão.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2952/2014, de autoria da deputada Cidinha Campos, que “Altera a Lei nº 3.977, de 04 de outubro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão em copos descartáveis da respectiva capacidade de mililitros estampados e visíveis”, com as emendas da Comissão de Constituição e Justiça. O PL vai à redação do vencido para 2ª discussão.

APROVADO o Projeto de Lei nº 1072/2015, de autoria do deputado Milton Rangel que “Dispõe sobre a permissão para a visitação de animais domésticos e de estimação em hospitais privados, públicos e conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. O PL volta em segunda discussão.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Ofício GG/PL nº 699 de 19 de outubro de 2018

Veto total aposto ao PL 1424-A/2016

Autor: Deputado Wagner Montes

Dispõe sobre a publicidade das informações de arrecadação do ICMS no estado do Rio de Janeiro.

(Fonte: DO-I de 22/10/18)

Ofício GG/PL nº 700 de 19 de outubro de 2018

Veto total aposto ao PL 1864-A/2016

Autor: Deputado Wagner Montes

Obriga os aeroportos do estado do Rio de Janeiro a fixarem placas contendo informação a respeito dos direitos do usuário em caso de atrasos e cancelamentos dos vôos.

(Fonte: DO-I de 22/10/18)

Ofício GG/PL nº 707 de 25 de outubro de 2018

Veto total aposto ao PL 3938/2018

Autor: Deputado Iranildo Campos

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos postes, pilares e colunas que possuam instalações elétricas, de dispositivos de proteção a corrente diferencial-residual que impeçam que choques elétricos sejam fatais.

(Fonte: DO-I de 26/10/18)

AGORA É LEI:

Lei nº 8139 de 25 de outubro de 2018

Oriunda do PL 4012/2018

Autor: Deputado Iranildo Campos

Dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados em obras e serviços de engenharia executados pelo estado do Rio de Janeiro.

→ Sancionado com vetos parciais. Dispositivos vetados: artigos 7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20 que serão analisados pelo Plenário da ALERJ.

(Fonte: DO-I de 26/10/18)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 46.467 de 19 de outubro de 2018

Altera o § 2º, do art. 3º, do Decreto nº 45.976 de 2017, que institui o Sistema de Governança dos Incentivos Fiscais e Transparência - SISGIFT do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

(Fonte: DO-I de 22/10/18)

Decreto nº 46.469 de 19 de outubro de 2018

Altera o decreto nº 46.453, de 10 de outubro de 2018, que dispõe sobre a aplicação da Lei Complementar Estadual 182, de 20 de setembro de 2018, e dá outras providências.

(Fonte: DO-I de 22/10/18)

Decreto nº 46.470 de 19 de outubro de 2018

Altera o Decreto nº 46.403, de 24 de agosto de 2018, que fixou os índices definitivos à participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS para o exercício de 2019.

(Fonte: DO-I de 24/10/18)

Decreto nº 46.471 de 24 de outubro de 2018

Institui a estratégia estadual de disseminação do Building Information Modelling - BIM

(Fonte: DO-I de 25/10/18)

Decreto nº 46.472 de 24 de outubro de 2018

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2018, e dá outras providências.

(Fonte: DO-I de 25/10/18)

Decreto nº 46.476 de 25 de outubro de 2018

Altera dispositivos do Decreto 44.855, de 26 de junho de 2014, que regulamenta a Lei nº 6.361, de 18 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a política estadual de Gás Natural Renovável - GNR, e dá outras providências.

Decreto nº 46.478 de 25 de outubro de 2018

Altera o Decreto nº 26.789, de 25 de julho de 2000, em função da Revogação do Decreto 26.271, de 4 de maio de 2000 (Estabelece condições para a fruição do diferimento e da dilatação de prazo de pagamento do ICMS de que trata o Decreto nº 25.665/99)

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Resolução SEFAZ nº 329 de 18 de outubro de 2018

Prorroga o prazo para entrega das guias de informação e apuração do ICMS (GIA-ICMS), relativas aos meses de agosto e setembro de 2018.

(Fonte: DO-I de 22/10/18)

Resolução SEFAZ nº 339 de 19 de outubro de 2018

Disciplina os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto no Decreto nº 46.453/2018 quanto à redução de multas e dos juros relativos aos débitos tributários do ICMS administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda Planejamento.

(Fonte: DO-I de 22/10/18)

Subsecretaria de Estado de Receita

Portaria SUT nº 176 de 19 de outubro de 2018

Altera o Manual de Diferimento, ampliação de prazo de recolhimento, suspensão e de incentivos e benefícios de natureza tributária, aprovado pelo Decreto nº 27.815/2001 para incluir item relativo ao Decreto nº 28.494/2001.

(Fonte: DO-I de 23/10/18)

Portaria SSER nº 168 de 24 de outubro de 2018

Complementa a relação dos benefícios fiscais destinados à reinstituição nos moldes do Anexo Único do Convênio ICMS 190/17.

(Fonte: DO-I de 25/10/18)

Procuradoria Geral do Estado

Resolução PGE nº 4280 de 18 de outubro de 2018

Regulamenta, no âmbito da Procuradoria Geral do estado, a aplicação da Lei Complementar Estadual nº 182, de 20 de setembro de 2018, e do Decreto Estadual nº 46.453, de 10 de outubro de 2018, que estabelecem a redução de multas e juros relativos aos débitos de ICMS e multas impostas pelo TCE/RJ, inscritos em dívida ativa, e autorização para pagamento ou parcelamento, e dá outras providências.

(Fonte: DO-I de 22/10/18)

Secretaria de Estado do Ambiente

Instituto Estadual do Ambiente

Resolução INEA nº 157 de 19 de outubro de 2018

Dispõe sobre as categorias de uso e manejo da fauna silvestre, nativa e exótica em cativeiro, no território do estado do Rio de Janeiro, visando atender as finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos em conformidade com as atividades previstas no Cadastro Técnico Federal (CTF) de atividades potencialmente e poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais.

(Fonte: DO-I de 25/10/18)

Secretaria de Estado de Transportes

Resolução SETRANS nº 1315 de 23 de outubro de 2018

Prorroga o prazo para conclusão das atividades do grupo de trabalho para os fins que menciona. (GT linha social para o trajeto Charitas-Praça XV).

(Fonte: DO-I de 25/10/18)

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.